

**Pantanal na visão da mídia: da inexistência ao paraíso:
uma abordagem sobre as inter-relações do meio e da produção cultural**

Rosiney Bigatão*

Resumo: A partir da História, das Teorias da Cultura e da Comunicação, esse artigo tenta entender como o Pantanal passou de lugar inexistente ao *paraíso*. A análise parte do *vazio* na história oficial que encobria a fronteira oeste, como se nada existisse além da linha do Tratado de Tordesilhas; passa pelas narrativas feitas pelos que cruzavam seus rios e áreas alagadas nos séculos XVI e XVII; busca informações nas descrições que o configuram como ilha, pântano, mar; e chega ao século XXI, quando ainda é visto de forma dicotômica pela mídia, num *olhar* muito semelhante ao dos visitantes de 300 anos atrás. A partir do estudo dessa produção pode-se pinçar traços que apontam para as primeiras mestiçagens na cultura do Pantanal, até as mais recentes.

Palavras-chaves: Pantanal. Mestiçagem. Mídia. Teorias da Cultura e da Comunicação.

Abstract: Pantanal in the eyes of the media: from non-existence to paradise. Drawing from History, from Theories of Culture, and from Communications, this article addresses how the Pantanal transitioned from inexistence to paradise. The analysis begins with the vacuum in the official history that concealed the western frontier, as if nothing beyond the line of the Treaty of Tordesilhas existed; visits narratives written by those who crossed its rivers and wetlands in the 16th and 17th centuries; draws from descriptions of it as an island, a swamp, an ocean, and such; and arrives in the 21st Century, in which it is still viewed polemically by the media with an eye very similar to that of its visitors 300 years ago. From this study, one can perceive traces of the first miscegenation in Pantanal's culture continuing on to the present.

Key-words: Pantanal. Miscegenation. Media. Theories of Culture and Communication.

Porque a maneira de reduzir o isolado que somos dentro de nós mesmos, rodeados de distância e lembranças, é botando enchimento nas palavras [...] ir alongando os nossos limites.

Manoel de Barros (1985, p. 36).

As especificidades do lugar na formação da cultura pantaneira

Gente que entende e que fala a língua das plantas, dos bichos. Gente que sabe o caminho das águas, das terras, do céu, velho mistério guardado no seio das matas sem fim, tesouro perdido de nós, distante do bem e do mal. Filho do Pantanal. Lendas de raças, cidades perdidas nas selvas do coração do Brasil. Contam os índios de deuses que descem do espaço no coração do Brasil, redescobrimo as Américas quinhentos anos depois [...]. (VIANA, 1990).

Esse texto é parte da música *Sagrado coração da Terra*, de Marcus Viana, usada como tema de abertura da novela *Pantanal*¹. Ele abre este artigo porque expressa, de maneira bem sintética, a imagem que a novela construiu para o peão pantaneiro². E ele sintetiza também, de forma geral, a imagem que a mídia tem do pantaneiro – muitos traços de sua cultura são vistos como decorrentes do meio em que vive. E o se quer demonstrar aqui é que, na verdade, essa imagem vem sendo construída há séculos, desde uma época em que o Pantanal nem mesmo existia como tal.

Quando se olha para o passado do Pantanal, há um vazio na história oficial que encobre não só a região, mas grande parte da fronteira oeste brasileira³. As primeiras referências sobre o lugar aparecem, de forma indireta, nos relatos, descrições, boletins e narrativas feitas a partir do século XVI pelos viajantes, missionários e “colonizadores”⁴ que passavam pelo lugar – durante muito tempo o Pantanal foi um lugar de passagem e é citado por estar situado no caminho entre outros lugares. Um país inexistente, como denominou Costa (1999). Enquanto toda a costa litorânea brasileira era ocupada e conhecida, o interior da terra recém-descoberta continuava praticamente ignorado.

E é nessa produção literária, feita para exaltar as novas descobertas e justificar para os reis e investidores das expedições o empreendimento que estava sendo feito, que se pode pinçar dados que apontam para as primeiras mestiçagens na cultura do lugar. A visão do

¹ Produzida pela TV Manchete em 1990, a novela é considerada um marco da telenovela brasileira por ter alcançado 40 pontos no Ibope, superando a supremacia da Rede Globo na audiência da época.

² Peão pantaneiro aqui se refere ao homem que vive e trabalha no Pantanal, sem ser o dono da terra.

³ A historiografia do Pantanal está em parte mesclada com a argentina, a paraguáia, a paulista e a mato-grossense (COSTA, 1999, p. 32). Outro estudioso, Cláudio Alves de Vasconcelos (1999, p. 9), afirma que “é como se a história da região centro-oeste não existisse após o passado colonial”.

⁴ O termo “colonizadores” aqui engloba os missionários e integrantes das primeiras expedições.

estrangeiro sobre esse mundo novo não se caracteriza apenas como um olhar curioso diante das recentes descobertas – ele faz uma “leitura”, tenta decifrar o que vê (FERNANDES, 2002, p. 66). Não é, portanto, isenta, ao contrário, é uma literatura carregada de exageros e exaltações ideológicas. E esses primeiros narradores eram cristãos, estavam a serviço de seus reis e da Igreja e as narrativas que produziram refletiam os seus princípios e dogmas.

O Pantanal aparece nos relatos desses primeiros visitantes como um lugar de contraste de paisagens, de clima e modo de vida entre América e Europa, descrito com “fisionomias bem próximas daquilo que o mundo cristão costuma qualificar de Paraíso”. Ou como “uma ilha que era o ‘Paraíso Terrenal’”, “lugar de grandes águas entrecortadas por muitos rios [...]”, ou ainda “campos alagados, com várias lagoas e sangradouros” (COSTA, 1999). Em relatos de 1585, o Pantanal de hoje tem a aparência de uma “terra encharcada, cheia de lagoas e pântanos [...] sustentam haver por ali grandes reinos e floridos, fabricando então o Paititi, o Dourado, o país dos Césares, onde se achariam maravilhosas coisas” (ACOSTA apud HOLANDA, 1986, p. 100).

No século XVI, o Pantanal é desenhado em mapas holandeses, alemães e italianos como uma ilha, um lago interior abraçado por braços dos rios Amazonas e Prata e a forma não seria fruto apenas da fantasia dos cartógrafos: “A ‘ilha Brasil’ constitui, de fato, um mito expansionista, que ganha realidade através da íntima cooperação da metrópole com os colonos, de lusos com luso-brasileiros” (HOLANDA, 1986, p. 93). A imensidão das águas confundia os antigos viajantes e em textos de 1703 o Pantanal aparece como um mar interior, o *Mar de Xaraés*⁵. O escritor Monteiro Lobato também usou essa classificação para explicar o passado de Mato Grosso⁶: “O que foi Mato Grosso em épocas remotíssimas? Um mar. Um fundo de mar [...] Mato Grosso constitui uma parte do fundo do mar de Xaraés”. Até recentemente, alguns textos apontavam a salinidade do lugar – muitos rios da região pantaneira têm água salobra e na época das cheias se formam lagos de água salgada chamados de salinas – como decorrência do mito do mar de *Xaraés*, que teria existido no lugar antes do aparecimento do homem. Essa crença permanece até hoje no linguajar pantaneiro: “vim da costa do Miranda”, “vou à costa do Perdido” (HOLANDA, 1986, p. 151). No passado, foi o espanhol Antonio Herrera quem transformou o mar na fabulosa Laguna de los Xarayes⁷. E o Pantanal, que até então era inexistente, passou a ser desenhado e localizado geograficamente

⁵ A expressão foi usada por Mário Cezar Silva Leite (2000, p. 17), por sugestão de sua orientadora, Jerusa Pires.

⁶ O Estado de Mato Grosso foi dividido territorialmente em 1977; surgiram então os Estados de Mato Grosso (MT) e de Mato Grosso do Sul (MS).

⁷ Segundo Leite (2000), a expressão foi usada por Monteiro Lobato em um livreto da Companhia Mato-Grossense de Petróleo, com data provável de 1937.

nos mapas da primeira metade do século XVII como uma imensa lagoa. Praticamente na mesma época, os jesuítas passaram a fazer o mesmo.

O nome Pantanal aparece pela primeira vez em um texto de 1727.⁸ Deram o nome mesmo sabendo que não se tratava de um pântano: “pantanosa não é um topônimo, e sim um adjetivo, referente à qualidade do solo, terra pantanosa”, esclarece Costa (1999, p. 279). Para Côrrea Filho (2009), Pantanal não é simplesmente sinônimo de pântano, terreno brejoso, mas especifica uma vasta região geográfica, de fisionomia singular.

Mesmo depois de nominado, o Pantanal continua a gerar dualidades. Um lugar de belezas e perigos. De seca e cheia. Um paraíso e um inferno. Langsdorff, que cruzou o Pantanal em uma expedição em 1826, ao descrever a passagem pelo lugar, parece descrever o inferno (CÔRREA FILHO, 2009, p. 249):

As contrariedades, as dificuldades e os perigos que havíamos sofrido até então não eram nada em comparação com todas as desgraças e os tormentos que tivemos que sofrer subindo o Paraguai, o São Lourenço e o Cuiabá. A estação das chuvas já tinha começado e com elas apareceram milhões de mosquitos. As chalupas e os marujos que, nesse clima abrasador, são obrigados a remar quase nus, estavam cobertos desses insetos a ponto de estarem enegrecidos e não achávamos nenhuma maneira de defender-nos dessas nuvens de vampiros. O Paraguai que flui muito lentamente é coberto de folhas, de raízes de árvores e de peixes podres, de crocodilos com cheiro de almíscar, de terra argilosa vermelha, e de uma espuma amarela nojenta. As águas são apenas potáveis. O calor do ar era geralmente de 26 a 29 graus à sombra; e o calor da água do rio de 24. Fomos obrigados a renunciar ao prazer de banhar-nos nesse rio por causa do perigo que se corre de sermos devorados pelas piranhas.

Em 1935/1936, o antropólogo Lévi-Strauss (2007, p. 151) atravessou o Pantanal para conhecer melhor os índios Bororo e Kadiwéu, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul⁹. Ele descreve um lugar onde a estadia não é fácil e, apesar de demonstrar grande conhecimento sobre a geografia do lugar, ainda usa em seu relato sobre o Pantanal termo semelhante aos dos primeiros viajantes como: “região selvagem e triste” e “maior pântano do mundo”.

A visão da mídia sobre o Pantanal

Essa dicotomia entre inferno e paraíso, existente desde as primeiras narrativas, continua a ser usada pela mídia do século XX. A imagem que melhor define, na mídia, o Pantanal, é a de *santuário ecológico*. Santuário não é usado como “lugar consagrado pela

⁸ “Pantanal chama os cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá.” (TAUNAY, 1981, p. 23).

⁹ As aldeias estão situadas fora da área de abrangência deste trabalho, o que vale aqui é o relato feito na travessia do Pantanal.

religião”, como na definição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1986), mas como um lugar não profanado, que se manteve intacto, portanto sagrado, longe das mãos e ações humanas. Em 2 de junho de 1999, *Veja* – a revista de maior circulação no País – anunciava na capa: “A descoberta do Paraíso”. Nas nove páginas destinadas à reportagem, falava da incrível explosão de vida selvagem e justificava por que teria se mantido praticamente “virgem” e preservada:

O clima inóspito, a natureza agreste, as imensidões inundadas, o isolamento – foi isso que garantiu a preservação do Pantanal até hoje. Nenhuma outra região brasileira, nem mesmo a Amazônia, continua tão intocada quanto a planície pantaneira. (GOMES; VILLELA, 1999).

Na reportagem, a forma de descrever o Pantanal é muito parecida com a dos primeiros narradores: “fisionomias bem próximas daquilo que o mundo cristão costuma qualificar de Paraíso”. Nos primeiros relatos, há mais de trezentos anos, o que se tinha era o olhar dos mediadores entre a cultura “civilizada” a que eles pertenciam – eram europeus descrevendo as novas terras descobertas – e a “primitiva”, sobre a qual eles não tinham quase nenhuma informação. A mesma divisão dicotômica aparece na matéria da revista *Veja*. Segundo Elias (1990, p. 23), o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo e, com ele, “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”.

Segundo Lévi-Strauss (1952), desde a Antiguidade tudo o que não pertencia à cultura grega ou greco-romana era classificado como “bárbaro”, e o termo selvagem continuou a ser usado no mesmo sentido. Para o antropólogo, esse ponto de vista ingênuo e tão arraigado no pensamento da maioria dos homens encobre um paradoxo – na medida em que se pretende estabelecer uma discriminação entre as culturas e os costumes que se identificam mais completamente com aqueles que se tenta negar: “O bárbaro é em primeiro lugar o homem que crê na barbárie” (LÉVI-STRAUSS, 1952, p. 23). Dois anos antes da matéria de capa, a mesma revista (*Veja*, 16/09/1998) trazia um enfoque semelhante no título: “O milagre dos peixes – Uma expedição vai à caça de novas espécies num paraíso terrestre chamado Pantanal”. É o Pantanal paradisíaco, marcado por mistérios, formas de vida rudimentares, que mais uma vez desperta o interesse da mídia, ávida por modelos exóticos.

Para Gruzinski (2001, p. 29), valorizar o exótico é usar “um filtro sedutor, mas ao mesmo tempo redutor”. E essa sedução vem “da nossa mania de largar o que está perto para desencavar o que está longe”. Como se, ao lançar o olhar sobre um lugar primitivo e rústico,

comprovasse o “alto estágio de evolução” da cultura do centro. Assim, tudo o que parece ser arcaico e defasado em relação ao cotidiano dos que vivem na modernidade parece pertencer ao passado: “é como se sentíssemos um perverso prazer em fabricar as diferenças” (GRUZINSKI, 2001, p. 25). Outra questão que a reportagem de *Veja* levanta sobre o Pantanal é a do isolamento: “O clima inóspito, a natureza agreste, as imensidões inundadas, o isolamento”. Nem todas essas características geográficas e climáticas fizeram do Pantanal um lugar “isolado”. Elas dificultam, sim, o acesso à infraestrutura e a determinadas tecnologias, como a construção de estradas, redes de energia elétrica e telefônica, entre outras. Esses fatores são determinantes no modo de vida local, mas não são motivos de isolamento. No entender de Lévi-Strauss, salvo em condições excepcionais, as sociedades nunca se encontram isoladas – a Tasmânia, considerada um caso sem precedentes na história das populações humanas, ficou 10 mil anos “isolada”. A questão é que as diferenças culturais nem sempre são vistas como um fenômeno natural. Costuma-se repudiar o que é estranho, desconhecido e classificar de selvagem ou primitivas as “formas culturais, morais, religiosas e sociais mais afastadas daquelas com que nos identificamos” (LÉVI-STRAUSS, 1952, p. 21).

O Pantanal tem, sim, algumas especificidades de geografia e clima que fazem dele um lugar único em todo o mundo. Na verdade, o Pantanal é uma planície – a maior planície alagável da terra, com 138.183 km², e a maior parte (64,64%) está em Mato Grosso do Sul (EMBRAPA, 2009). Entre outros fatores, ele alaga porque tem um declive que varia de 6 a 25 centímetros por quilômetro – é praticamente plano –, e com as águas das chuvas que se acumulam na parte alta na época das chuvas, a água se espalha, saindo dos leitos dos rios e abrindo novos caminhos entre corixos e vazantes. O nível da água pode atingir 5 metros a mais do que no período da seca, quando a água desaparece quase completamente da região. A vazão lenta – a água pode levar até quatro meses para escoar por todo o Pantanal – abre ainda lagoas, baías e outras formações, e essa água, sempre em constante movimento, muda completamente a paisagem do lugar. A sazonalidade é um fator determinante no modo de vida atual do peão pantaneiro. A atividade nas fazendas, a *lida*, se diferencia pelos períodos da seca e de cheia. Em função dela, cada vez mais os proprietários estabelecem contratos temporários com os peões, gerando um fluxo maior entre o Pantanal e as cidades do entorno, para onde eles vão no período que ficam sem trabalho nas fazendas – muitos deles têm ou sonham ter uma casa na cidade (BANDUCCI JÚNIOR, 2000). Mesmo os peões que moram no Pantanal têm moradias temporárias dentro da própria fazenda, os chamados retiros, e costumam revezar a moradia. Os solteiros são considerados itinerantes, e a morada deles é no

galpão, onde guardam suas “traias”¹⁰, penduram suas redes, contam causos, ouvem rádio (NOGUEIRA, 2002, p. 48). Isso faz com que o peão pantaneiro assuma características de um ser nômade, em constante mudança, e não de um ser isolado do mundo ao redor. Ao atribuir o isolamento como uma característica do pantaneiro em razão do meio em que vive, a mídia se esquece de que, por meio do contato pessoal, da oralidade, do rádio e da TV, ele tem se conectado com outras culturas mesmo antes de o Pantanal ser denominado como tal. As mudanças são percebidas pelos peões, como esclarece seu Alonso (2005)¹¹:

Hoje em dia é tudo moderno, peão dorme em cama, em quarto com ventilador. Aquele tempo, como fala o pessoal antigo, o pantaneiro era mais bobo, eles fala da gente, que hoje em dia é tudo sabido, já vê televisão, já sabe o que tá acontecendo no país estrangeiro.

Claro que a troca não acontece na mesma intensidade e velocidade dos centros urbanos. É Manoel de Barros (1985, p. 33) quem nos lembra: “As coisas que acontecem aqui, acontecem paradas. Acontecem porque não foram movidas. Ou então, melhor dizendo: desacontecem”. As trocas e o nomadismo foram registrados bem antes de o Pantanal ser o que é. Algumas tribos indígenas que habitavam a região tinham características nômades. Holanda (1986, p. 69) aponta que os Kayapó, que viviam na rota até Cuiabá, perto do Taquari – rio que corta os pantanais da Nhecolândia e Paiaguás –, eram índios “sem domicílio certo, sem lavouras que melhor os fixassem ou pouco dados a elas”. Os Guató, com suas canoas, constituíam verdadeiras aldeias fluviais (CÂMARA, 2007, p. 50). E trocas entre tribos foram registradas pelos primeiros viajantes que cruzaram o Pantanal em busca de riquezas, pois, por causa da sazonalidade, de suas constantes cheias, ele foi durante quase três séculos apenas um lugar de passagem. Após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, no final do século XV, a região passou a pertencer à coroa espanhola e começou a atrair a atenção de nobres e aventureiros que, já no início do século XVI, montavam expedições em busca de *notícias* – informações sobre lugares fabulosos e ainda não conquistados.

Eles partiam de Assunção, via rio Paraguai, sempre acima, buscando as *notícias* de índios ricamente vestidos em um lugar chamado então de *Sierra de Prata*. Várias expedições depois, descobriram que as riquezas que adornavam índios vistos na região pantaneira vinham do Peru. Segundo o relato de uma dessas expedições, percebe-se que os índios já trocavam entre si: “Alguns aborígenes da margem setentrional do nosso rio [o da Prata] usavam certas pranchas de metal que obtinham, segundo explicaram, dos índios que viviam ao Norte” (COSTA, 1999, p. 34). Depois vieram as Bandeiras (século XVII) e a descoberta do ouro em

¹⁰ *Traia* é o jeito popular de dizer tralha, o conjunto de equipamentos de montaria para o cavalo e o cavaleiro.

¹¹ Entrevista gravada pela autora no Pantanal de Aquidauana.

Cuiabá (1719), e o Pantanal continuou a ser um caminho de passagem. Os limites só foram fixados após a Guerra do Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança – 1864-1870). Os relatos que contam essas histórias ajudam a esboçar os primeiros traços das imagens que compõem o atual universo do peão pantaneiro.

As primeiras mestiçagens: o peão na visão do outro

A tendência a descrever a região como um lugar indefinido – mar, lagoa, área pantanosa e, finalmente, Pantanal – e a marcante dualidade entre cheia e seca, entre paisagens paradisíacas e animais assustadores, nos relatos dos primeiros viajantes e cronistas do lugar, também aparecem nessas descrições relacionadas aos homens que habitavam a região – eles aparecem como se pertencessem a mundos muito diferentes daqueles onde viviam quem os descrevia: “riquezas gigantescas, povos fantásticos e entidades sobre-humanas” (COSTA, 1999, p. 25). Essa compreensão não se restringe apenas ao olhar do estrangeiro, mas também à própria visão que os brasileiros construíram de si mesmos, pois esses primeiros relatos de viagens são praticamente os únicos que se têm desse período. Gruzinski (2001) aponta que os “colonizados” não produziram quase nenhum registro sobre esses episódios. E, por isso mesmo, essa compreensão permanece, em parte, até hoje, como se viu na descrição de Lévi-Strauss (1952, p. 21) – de que se repudia e se classifica de selvagem ou primitivo o que nos é estranho. Gruzinski (2001) alerta, ainda, de que muitas vezes a análise é feita através de “filtros, critérios e obsessões que só existem na nossa visão de ocidentais”. O exemplo mais marcante dessa distorção está no próprio conceito de civilização construído pela Europa Ocidental. Segundo Elias (1990, p. 23), o “conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. Ele mostra, em um trabalho minucioso e envolvente, como cada sociedade, cada uma em sua época, tentou moldar os indivíduos segundo o padrão de hábitos, ideias e comportamentos ideais e também como o desenvolvimento do conceito de civilização foi diferente para alemães, ingleses e franceses.

Diante de um conceito tão amplo, já que ser civilizado ou não pode representar o nível de tecnologia a que se tem acesso, o estágio do conhecimento científico e uma infinidade de formas de manifestações sociais, culturais, religiosas, e por acreditar ter acumulado mais tecnologia, conhecimento, valores culturais e outros, é que a sociedade ocidental se julga superior a sociedades mais antigas ou contemporâneas “mais primitivas”. No próprio conceito está o contraconceito geral a outro estágio, a barbárie (ELIAS, 1990, p. 62). A teoria que provém dessa dicotomia – dessa cisão entre civilizados e não civilizados, ou

bárbaros e primitivos – tem sido usada por muitos estudiosos no momento de definir e analisar o comportamento das sociedades, como se o primeiro fosse um estágio pelo qual todos os outros ainda vão passar e que vão atingir. E essa visão, acostumada ao binarismo, não consegue enxergar o dinamismo das mesclas que acontecem com os sistemas semióticos que estão em constante contato com novos textos culturais, como é o caso das culturas da América Latina, entre as quais se inclui a do peão pantaneiro.

Aqui se recorre ao conceito de semiosfera, de Lotman (1996), lembrando que ela tem um caráter de irregularidade interna marcada pelo núcleo, no qual estão os sistemas semióticos dominantes, e setores periféricos, organizados de maneira menos rígida. Esses são possuidores de construções flexíveis, “deslizantes”, em que os processos dinâmicos encontram menos resistência e, por conseguinte, se desenvolvem mais rapidamente (LOTMAN, 1996, p. 30). É por meio dessa função da fronteira que, em diferentes momentos históricos do desenvolvimento da semiosfera, um ou outro aspecto pode dominar, amortecendo ou esmagando inteiramente o outro ou gerando sistemas nos quais o núcleo assume características de periferia.

Os seres impressionantes do Pantanal

As vias imaginárias que ajudaram a compor a imagem do peão pantaneiro foram abertas há mais de quinhentos anos por meio das narrativas de Sebastian Caboto¹², de 1544, Alvar Núñez Cabeza de Vaca¹³, publicadas em 1555, Ruy Diaz de Gusmán¹⁴, publicadas em 1835, tardiamente, pois foram escritas em 1612, e Ulrico Schmidl¹⁵, datadas de 1567, com edições em vários anos. Schmidl viveu durante 18 anos entre os rios Prata e Paraguai e foi quem primeiro “descreveu as áreas alagáveis da bacia alto-paraguaia como lugar maravilhoso e paradisíaco” (COSTA, 1999, p. 69). As publicações foram difundidas pelo mundo todo, com edições em várias línguas, entre elas o espanhol e o alemão, mas ficaram conhecidas como narrativas espanholas por refletirem imagens criadas e difundidas por conquistadores espanhóis. Além deles, outros viajantes ajudaram a colocar a paisagem inundável da bacia do Alto Paraguai no imaginário ocidental. Já foi citado que eram cristãos a serviço de seus reis e da Igreja. Segundo Alexander von Humboldt (COSTA, 1999, p. 64), a intenção era dar um

¹² Navegador veneziano, cosmógrafo e piloto a serviço da Espanha, buscava um caminho para o Oriente quando mudou o itinerário em busca de riquezas – as notícias da época (COSTA, 1999).

¹³ Cabeza de Vaca participou de uma expedição entre a Flórida e a Cidade do México; voltou para a Espanha e ganhou o governo do Rio da Prata. Queria conquistar riquezas. Foi preso e deportado.

¹⁴ Gusmán nasceu em Assunção, no Paraguai, era filho de espanhóis e estava a serviço da Espanha.

¹⁵ O alemão Ulrico Schmidl participou de uma das mais bem montadas empresas expedicionárias que saíram da Espanha rumo à América. Ele chegou em 1535 e ficou até 1553.

tom épico para as narrativas e relevar o contato com os indígenas. Por isso eles refletiam em suas narrativas o tom dramático dos viajantes medievais e transmitiam um estranho encantamento – o espaço que é, ao mesmo tempo, hostil, fantástico e paradisíaco. E, como já demonstrado, essa imagem ainda está presente na forma como a mídia vê o Pantanal.

Sobre o povo fantástico que habitava o Pantanal, Sebastian Caboto descreve, ao falar sobre a região do rio da Prata (OVIEDO apud COSTA, 1999, p. 39):

[...] a gente da dita terra é mui diferente entre si, porque os que vivem nas fraldas das serras são brancos como nós e os que estão próximos da beira do rio são morenos. Alguns deles dizem que nas ditas serras há homens que tem o rosto como cachorro, e outros do Joelho para baixo como de avestruz.

Uma das crônicas mais conhecidas sobre os seres impressionantes e ideias fantásticas sobre a região pantaneira foi publicada em 1835, a partir de manuscritos que circulavam desde o início dos Seiscentos. Trata-se de *La Argentina*, de Ruy Diaz de Guzmán, em que é descrito que “a leste da cidade de Santiago de Xerez existiria um povo de pigmeus, que vivia parte do tempo embaixo da terra, de onde saíam os homens para os campos rasos” (HOLANDA, 1986, p. 135). Santiago de Xerez, considerada por muitos estudiosos uma cidade lendária, teria sido fundada pelo próprio Guzmán em 1593, para marcar a posse espanhola na região, e teria sido invadida e destruída pelos bandeirantes luso-paulistas em 1632, para também marcar a presença na região¹⁶. Ao se deparar com o índio, os primeiros viajantes criaram em seus relatos um imaginário sincrético, um pouco católico, outro tanto indígena (BOSI, 1992, p. 31), transpondo modelos de interpretação consagrados em sua cultura de origem. Esses cronistas descrevem o enorme *peixe-jacaré*, registram hábitos entre os índios Surucuis e Xarayes como o uso das argolas redondas de madeira e a prática de perfurar os lábios (COSTA, 1999, p. 67). E já nessas primeiras incursões em território pantaneiro, começam as mesclas entre visitantes e indígenas. Eram várias tribos¹⁷, cada uma com características bem diferentes entre si – desde as mais pacíficas, como os Guató, do grupo Guaná, que foram *vestidos* pelos estrangeiros, conforme relata Holanda (1986, p. 48): “precisou socorrer com camisas de algodão a uns índios guató”; até as mais guerreiras, como os Guaikuru, e algumas antropófagas. Essas mesclas, é claro, não foram sempre tão amigáveis, como já visto. Holanda (1986, p. 59) descreve assim: “É o confronto de duas humanidades tão diversas, tão heterogêneas, tão verdadeiramente ignorantes, agora sim, uma da outra, que não deixa de

¹⁶ Um dos prováveis lugares para a cidade é em Aquidauana (MS), onde estão sendo feitas escavações e já foram encontrados vestígios de antigas civilizações (PORTAL MS, 2009).

¹⁷ Segundo a Funai (2009), o MS tem a segunda maior população indígena do País, com 32.519 índios em nove grupos indígenas. No Pantanal, vivem basicamente duas: Guató e Kadiwéu. Em 1872, eram 30 grupos no estado de MT – Relatório da Diretoria-Geral dos Índios (VASCONCELOS, 1999, p. 96).

impor-se entre elas uma intolerância mortal”. Foram muitos os atos de crueldade e barbárie descritos nos relatos dos viajantes, como ver o corpo dos companheiros cortados em muitos pedaços: “É que aquela gente [os índios da bacia do Prata] come carne humana, não os haviam comido nem queriam aqueles índios tal carne, porque diziam que é muito salgada” (COSTA, 1999, p. 36). Em edições ilustradas, como na de Schmidl, de 1597, são destacadas cenas de antropofagia espanhola cristã e queima de homens (COSTA, 1999, p. 67).

Assim como os índios da costa, analisados por Viveiros de Castro (2006) no ensaio *A inconstância da alma selvagem*, alguns indígenas do oeste brasileiro também não foram facilmente “convertidos” pela cultura dos que chegavam. Vale lembrar que os visitantes, os estrangeiros, ainda agiam como guerreiros cristãos, mas, em vez dos mouros, enfrentavam aqui guerreiros pagãos que andavam nus e tinham outros deuses.¹⁸ Nos primeiros contatos, podiam matar e comer até aqueles com quem tinham se aliado. Um registro desse tipo é da expedição de Juan Diaz de Solís, primeiro piloto do rei da Espanha. Em 1515, ele subia a região da bacia do Prata em direção ao Peru, quando foi atacado e morto, com outros integrantes da expedição, pelos Charruas, índios Guarani que habitavam a costa do Uruguai: “Mataram a Solís com sua gente, e os comeram à vista dos que estavam na caravela” (COSTA, 1999, p. 33).

Logo depois, o português Aleixo Garcia – náufrago de Solís – partiu da atual Santa Catarina, subiu o rio Paraná, cruzou o Gran Chaco – hoje, parte do Pantanal no Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil – e foi recebido com amabilidade e fez alianças com os índios Guarani. Com a ajuda deles, conseguiram chegar à terra dos Charca, no Peru, onde encontraram as riquezas procuradas, mas: “encontrando algumas povoações de índios vassalos do Poderoso Inca, Rei de todo aquele reino, deram neles e roubando e matando quanto encontravam” (COSTA, 1999, p. 34). Os Charca fazem então os portugueses marcharem com os Guarani de volta ao Paraguai. Aleixo Garcia chega a enviar cartas relatando o êxito da viagem e parte do tesouro para os companheiros que ficaram em Santa Catarina. E enquanto esperava a resposta, foi morto pelos “mesmos que foram com ele à jornada; uma noite estando descuidado, atacaram e mataram ele e seus companheiros”. Para Viveiros de Castro (2006, p. 207), tanto na amabilidade como na guerra, o que está em jogo é a mescla, a absorção do outro: “guerra mortal aos inimigos e hospitalidade entusiástica aos europeus, vingança canibal e voracidade ideológica exprimiam a mesma propensão e o mesmo desejo: absorver o outro e, neste processo, alterar-se”.

¹⁸ Citação feita a partir de Costa (1999, p. 63), que lembra que, antes de saírem em busca de novas terras e riquezas, os europeus defenderam a Igreja nas Cruzadas.

Já para Ribeiro (2001, p. 35), a antropofagia era vista como a expressão do atraso (ele analisou o povo Tupi). Para ajudar o Brasil a situar-se em sua própria história, desenvolveu uma teoria da cultura no livro *O processo civilizatório*, retomada depois em *O dilema da América Latina* e também em *O povo brasileiro*, e outras publicações. A teoria se baseia, principalmente, no conceito que ele chama de *transfiguração étnica* – o processo pelo qual os povos surgem, se transformam ou morrem. Em essência, defende que os povos nativos (índios) da América não tiveram a oportunidade de evoluir como os seus colonizadores, que se encontravam em um estágio de evolução mais adiantada quando chegaram ao continente.¹⁹ Esse conceito repete, no entanto, o mesmo modelo dicotômico já descrito, que pressupõe uma linha de evolução para todos os povos – os mais atrasados hoje podem vir a conquistar maior estágio de evolução, como os que estão na ponta da cadeia.

Para Viveiros de Castro (2006), a antropofagia está relacionada, por um lado, a motivos de ordem sociológica e coletiva e, por outro, de ordem escatológica e pessoal. Os índios tinham “horror ao enterramento e à putrefação do cadáver”, mas não era por piedade que devoravam os inimigos, mas sim por vingança e honra – “ela era justamente a instituição que produzia a memória” (VIVEIROS DE CASTRO, 2006, p. 233). Era a morte individual a serviço da longa vida do corpo social. Atrás da atitude, o obscuro desejo de ser o “outro”. O “absorver o outro” a que ele se refere também aconteceu entre os índios mais dóceis que também habitavam a região. Os Guató, que ainda vivem na região pantaneira e foram descritos pelos primeiros desbravadores do Pantanal, só não foram exterminados pelos europeus pela cordialidade (CÂMARA, 2007, p. 51). Holanda (1986) também registra a facilidade com que alguns índios se entregaram ao *domínio* dos estrangeiros. Quando os bandeirantes chegaram à região do Itatim, situada mais ao sul da área em estudo, os índios teriam facilmente se entregado para fugir dos espanhóis. Segundo depoimentos da época, de “bom grado se deixavam capturar, falando mil iniquidades dos castelhanos” (HOLANDA, 1986, p. 56). O termo cordialidade e seu contrário, bravio, têm como referência a adaptação ou não aos costumes dos que chegavam à região. Para os bravos, arredios e selvagens, a perseguição, o castigo, a morte. Aos “pacificados” e “amigos da civilização”, concessões e até proteções, como a proibição do uso de meios violentos contra eles (VASCONCELOS, 1999, p. 44).

¹⁹ Ribeiro (2001, p. 29) afirmou: “[...] se a história, acaso, desse a esses povos Tupi uns séculos mais de liberdade e autonomia, é possível que alguns deles se sobrepusessem aos outros, criando chefaturas sobre territórios cada vez mais amplos [...]”

Ao analisar o sucesso dos portugueses diante do fracasso dos espanhóis na ocupação do atual sul de Mato Grosso, que inclui a região em estudo, Holanda (1986, p. 49) aponta para a mestiçagem – foi a aptidão que os primeiros tiveram “no absorver e no conservar certos recursos indígenas”, portanto, na interação com a cultura deles. E descreve o uso das canoas monóxilas (feitas de um tronco só), que foram “herdadas dos antigos naturais da terra e aperfeiçoadas com novos elementos vindos do ultramar” (HOLANDA, 1986, p. 49). Até hoje no Pantanal, as canoas feitas de um só bloco de madeira são muito usadas. Elas dão apoio para as comitivas de gado na travessia dos rios e grandes corixos, levando a “traia” da tropa e são importantes em muitos outros momentos da vida pantaneira. O uso do cavalo, introduzido pelos espanhóis, ajudou os índios cavaleiros a manterem o domínio da região durante longo tempo. E seu uso ainda hoje é primordial. O cavalo – e a “traia” – é o bem mais importante para o peão pantaneiro. E, ao contrário da época em que os bandeirantes cruzavam o lugar, encontrar marcas de pegadas humanas no Pantanal é sinal de problema: “Andar a pé no Pantanal tem conotações insólitas [...] e, não raro, se transforma em fantásticos boatos e até visões sobrenaturais” (BARROS, 1998, p. 156).

Assim, a conquista da região foi feita com mestiçagens, com processos maleáveis, às vezes mais violentos, outros extremamente pacíficos. Um processo que envolvia retroceder, quando preciso, “a formas de vida mais arcaicas, espécie de tributo requerido para o melhor conhecimento e a posse da terra” (HOLANDA, 1986, p. 29). Foi assim, usando os conhecimentos dos índios, que os bandeirantes descobriram, por acaso, ouro em Cuiabá. Foi desse modo que os índios aprenderam a usar o cavalo. Foi dessa maneira que um aprendeu a língua do outro – assim como os jesuítas tiveram que aprender a língua dos indígenas para catequizá-los, os índios aprenderam a falar espanhol.²⁰ Portanto, tanto para os estrangeiros que chegavam quanto para os moradores do lugar, as relações entre eles foram construídas “com a consistência do couro e não do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude” (HOLANDA, 1986, p. 29). E até hoje, os proprietários de fazendas pantaneiras reclamam que os funcionários de “ascendência” indígena, os “bugres”, não seguem lei nem ordem, largam tudo por qualquer coisa: vivem o imprevisto, são capazes de dormir tranquilos sem saber sequer o trabalho do dia seguinte; o tempo, para eles, não possui a pontuação de prazos e metas.²¹ Viveiros de Castro (2006, p. 186) alega que a inconstância não era apenas uma questão que dizia respeito à religiosidade, mas

²⁰ Quando chegaram ao país do Rei Branco, os espanhóis ficaram assustados quando os índios daquele lugar “vieram ao encontro deles e começaram a falar espanhol” (COSTA, 1999, p. 42).

²¹ Barros (1998) em vários momentos de *Gente pantaneira: crônicas de sua história*.

[...] ela passou, na verdade, a ser um traço definidor do caráter ameríndio, consolidando-se como um dos estereótipos do imaginário nacional: o índio mal-converso que, à primeira oportunidade, manda Deus, enxada e roupas ao diabo, retornando feliz à selva, presa de um atavismo incurável. A inconstância é uma constante na equação selvagem.

O império da nação Guaikuru

Um exemplo claro no Pantanal do que é *comer o outro* vem dos Guaikuru. Eles absorveram características culturais de outros índios e dos próprios europeus e latinos que cruzaram seus rios e seus domínios. Quando os bandeirantes chegaram à região pantaneira, já encontraram índios com uma cultura mesclada, donos de cavalos, usando lanças em vez de arco e flecha e grandes laços de couro trançado. E mesmo já pertencendo ao domínio ibérico, ora espanhol, ora português, o Pantanal foi um território indígena por excelência – a nação Guaikuru: “talvez o Pantanal seja o único lugar onde uma nação indígena [Mbaya Guaykuru] pôde reconquistar e dominar, por quase dois séculos, uma região já possuída pelo conquistador europeu” (COSTA, 1999, p. 33). Dessa nação fazia parte os Payaguá, de origem Guaikuru, descritos nos primeiros relatos como traidores e, a partir da passagem dos bandeirantes pelo lugar, ficaram conhecidos como os *senhores* do rio Paraguai.²² Para fugir das lanças usadas por eles, os Guató se valiam da qualidade de bons canoeiros e faziam manobras na água ao atravessar o Taquari (HOLANDA, 1986, p. 58). A habilidade surpreendia os narradores: “podem vir abaixo montanhas de água umas sobre outras, bramar tempestades até o cansaço, que o Payaguá, de pé sobre a ponta extrema de sua embarcação, prosseguirá remando completamente impávido frente a elas” (DOBRIZHOFFER apud COSTA, 1999, p. 49).

Habilidade e sabedoria também eram relacionadas aos Guaikuru quanto à montaria. Montavam descalços, dominavam os cavalos, eram rápidos. Já usavam laços trançados com maestria. Foram descritos pela agilidade fora do comum nos movimentos, pela coragem, por serem guerreiros: “Pouco faltou para que exterminassem todos os espanhóis do Paraguai” (AZARA²³ apud HOLANDA, 1986, p. 70). Eles mantinham sob o domínio deles outras tribos, como os Guaná, os Guató, os Xamacoco (da região do Chaco) e os Chiquitos, para fazer “aquelas coisas que eles próprios não se rebaixavam a fazer” (AZARA apud HOLANDA, 1986, p. 71). Foram retratados como heróis, com traços semelhantes aos colonizadores. O domínio dos Guaikuru durou até a Guerra do Paraguai, quando, finalmente,

²² Segundo Alcides D’Orbigny (1945), o nome do rio Paraguai vem deles – Pauaguá-i, rio dos Payaguás.

²³ Félix de Azara. *Viajes por la America Meridional*.

o território pantaneiro foi, de fato, incorporado ao Brasil, e a região começou a ser dividida e ocupada pelas fazendas pantaneiras (COSTA, 1999, p. 51).

A implantação das fazendas: novas mesclas culturais

O Pantanal tal como é hoje para o peão pantaneiro começou a ser *formatado* a partir do século XIX, quando as minas de ouro em Cuiabá se esgotaram. Mato Grosso já era uma capitania; Cuiabá, um centro importante para a colônia; e Corumbá, às margens do rio Paraguai, um ponto comercial em contato por via fluvial com os países da América do Sul – principalmente com as cidades de Buenos Aires, Montevideu e Assunção – e da Europa. O rio Paraguai era importante também para defender o território português da cobiça dos espanhóis, e ali foram instalados fortes militares. Começam então ações, como a concessão de sesmarias²⁴ por parte do governo da capitania, para tomar posse das faixas de fronteira, ainda indefinidas – a maior parte, no Pantanal (NOGUEIRA, 2002, p. 43). E outras mesclas culturais se fazem. Os primeiros proprietários que receberam da coroa portuguesa a posse da terra eram, principalmente, portugueses cheios de títulos, como o Barão de Vila Maria, que fundou a primeira fazenda na região em estudo, mas ela foi abandonada na época da Guerra do Paraguai. Após a guerra, o filho dele, Joaquim Eugênio Gomes da Silva – apelidado de Nhéco – começou a reconstruir a fazenda (1881), e ele é considerado o desbravador da região hoje conhecida por Nhécolândia, em sua homenagem (PROENÇA, 1992).

As fazendas reproduziam o estilo de vida dos engenhos de cana-de-açúcar do norte do Estado e nelas era empregada mão-de-obra escrava – ter escravos era uma das condições para a concessão das sesmarias. Assim, além dos mamelucos de São Paulo²⁵, mineiros e outros bandeirantes (anteriormente atraídos para Cuiabá por causa do ouro), mais um elemento – o negro – é incorporado à cultura do Pantanal. A miscigenação é apontada pelo pesquisador Corrêa Filho (2009, p. 204), ao relatar o trabalhador, neste trabalho chamado de peão: “em cujas veias se misturava sangue dos antigos senhores da região, de africanos e avós brancos, em dosagens variadas”. A posse das sesmarias não foi pacífica – os índios resistiram a entregar o seu território. Como já mostrado, os Guaikuru eram *senhores* dessas terras e são considerados por alguns autores os primeiros fazendeiros do Pantanal, pois, além de usar o

²⁴ “O direito às glebas restringia-se aos homens brancos, de ‘sangue puro’ e, dentre eles, aos indivíduos que apresentassem real capacidade de fazê-los produzir, ou seja, àqueles que de antemão possuísem escravos, gado e outros bens de produção” (BANDUCCI JÚNIOR, 2000, p. 21).

²⁵ Essa expressão é usada por Holanda (1986) para se referir aos caboclos paulistas que integravam as Bandeiras e Monções.

cavalo para montar, aprenderam com os espanhóis a manejar o gado (WEINGÄRTNER, 2002, p. 17). Mas não foram os únicos a resistir. Conflitos muito semelhantes aos que aconteceram nos séculos XVII e XVIII entre índios e as expedições foram registrados em relação às sesmarias, mas na região já não havia antropófagos.

Os cronistas agora são homens como J. Barbosa Rodrigues (1983, p. 58), mineiro, fundador de um dos maiores grupos de comunicação de Mato Grosso do Sul, que, ao relatar a história, enaltece a coragem e a bravura dos primeiros *povoadores*: “enfrentaram dificuldades imensas, ora lutando contra animais ferozes, ora contra insetos, aves de rapina, não se falando das tribos selvagens que assaltavam as suas propriedades e vararam muitos deles com suas flechas pontiagudas”. Ele escreve que em 1742 um sertanista radicado em Mato Grosso assinou um termo de compromisso para o extermínio dos Kayapó²⁶ e conta como, em três meses, “muitas centenas de guerreiros Caiapós foram mortos pelas armas dos aguerridos homens de Pires de Campos” (RODRIGUES, 1983, p. 41). Assim, os índios foram expulsos, dizimados ou incorporados. Banducci Júnior (2000, p. 23) mostra que, depois de “subjugados e desfeitos os laços grupais”, muitos indígenas foram trabalhar como peões nas fazendas de gado. Em 1946, Corrêa Filho (2009, p. 204) já apontava esse dado: “Nos pantanais do Miranda, a escassez de pessoal, conjugada com a boa vontade dos naturais, ensejou a colaboração dos silvícolas, terenos²⁷ especialmente, que se revelaram auxiliares prestimosos dos pioneiros”. E continua: “Com tais elementos étnicos, em cuja massa preponderou o caboclo regional, descendente de bororo, de pareci, de guató, povoaram-se as fazendas”. Essa incorporação da mão-de-obra indígena, apesar de traumática, ocorre da mesma forma que aconteceu em praticamente todo o Brasil – mesmo diante da deculturação e da dizimação, houve trocas (GRUZINSKI, 2001, p. 35).

Nem os *brancos* nem os *índios* eram os mesmos depois do contato. Os *índios* aprenderam a cavalgar. Os *brancos* a usar a canoa. Gruzinski (2001, p. 32), ao olhar para o Brasil, observa que os índios do rio Negro, na Amazônia, ao longo de todo o século XVII, ora podiam escravizar, ora podiam se tornar escravos de holandeses ou portugueses. E muitos eram os que comumente são chamados de *brancos* – espanhóis, portugueses, paraguaios, brasileiros (os mestiços, como os mamelucos) –, assim como múltiplos eram os *índios* – só na região do Pantanal: Guató, Bororo, Kadiwéu, Payagua, Guaikuru, Guaná, entre outros, cada um com características bem peculiares. Na região do atual Pantanal muitos índios já haviam

²⁶ Os Kayapó eram divididos em três grupos e os do sul habitaram o atual Mato Grosso do Sul até o século XVIII.

²⁷ Índios da tribo Terena.

tido contato com os jesuítas nas Missões do Itatim, no sul de Mato Grosso, outros com os espanhóis e, ainda, com os bandeirantes. Assim, quando as fazendas pantaneiras são implantadas, o que eles levam para lá são todas essas mesclas e mestiçagens que vinham se fazendo nos últimos séculos, e que continuaram a acontecer. E é nos espaços de mediação criados pelo enfrentamento de duas culturas, como aconteceu na colonização do Novo Mundo, que aparecem e se desenvolvem novos modos de pensamento capazes de transformar o que elas têm de autêntico. Esses espaços são fronteiras semióticas porosas e flexíveis, que se deslocam, mas diante da dificuldade em pensá-la assim, pode-se resumir

[...] a história da conquista a um enfrentamento destruidor entre os bons índios e os malvados europeus, com a convicção e boa-fé que outrora se recorria para contrapor os selvagens da América aos conquistadores civilizadores. Esse modo de ver as coisas imobiliza e empobrece a realidade, eliminando todo tipo de elementos que desempenham papéis determinantes: as trocas entre um mundo e outro, os cruzamentos, mas igualmente os indivíduos e grupos que fazem às vezes de passadores, e que transitam entre os grandes blocos que nós nos contentamos em localizar. (GRUZINSKI, 2001, p. 48).

Outro exemplo dessa forma empobrecedora de ver a realidade está em outra incorporação na mão-de-obra das fazendas pantaneiras: a dos paraguaios, que aconteceu principalmente depois da Guerra do Paraguai.²⁸ Câmara (2007, p. 61) ressalta, ainda, que “dos paraguaios e bolivianos o pantaneiro recebeu a forma de pronunciar as palavras, com um acento castelhano em seu português estilizado, trazido pelos caipiras paulistas”. Mas é bem mais do que isso. A presença deles está também no linguajar pantaneiro, com muitas palavras de origem guarani, nos costumes, na polca paraguaia (que também tem outras incorporações musicais), no comportamento lento e tranquilo – preconceituosamente chamado de preguiçoso. O preconceito é uma herança da época da guerra²⁹, segundo mostra a pesquisa de Mauro César Silveira sobre o jornal *Paraguay Ilustrado*. Nele eram veiculadas charges e matérias com conteúdos que atribuíam aos paraguaios e ao Paraguai características negativas, falsas. Elas ajudaram a formar ideias-imagens que até hoje fazem parte da memória não só do Pantanal, mas também da mídia e dos brasileiros como um todo. Delas fazem parte expressões como “cavalo paraguaio” (usada pelo canal *SporTV* e pela *Folha de São Paulo*, em 1975), “*made in Paraguai*” (usado pela revista *Veja* em 2001), e assim por diante. O

²⁸ Mauro César Silveira (2007, p. 44) aponta que na delimitação da fronteira, após a guerra, foram incorporados aproximadamente 40% do total do território do Paraguai ao Brasil. Sendo assim, os paraguaios apenas permaneceram em sua terra natal quando as fazendas de pecuária foram instaladas nas proximidades da atual fronteira.

²⁹ Para maiores informações sobre as marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do *Paraguay Ilustrado*, consultar Silveira (2007, p. 42).

cronista Barros (1985, p. 215) reconhece a imagem negativa que têm: como peões, “são subservientes, não conseguem poupar, vivem o imprevisto”. E reconhece também a grande habilidade dos paraguaios em lidar com o couro e a madeira, sendo eles os grandes realizadores de cercas, currais e outras construções pantaneiras.

Outros elementos foram incorporados à cultura do Pantanal por meio das mesclas a partir de Corumbá. Considerada hoje a capital do Pantanal, era, até as primeiras décadas do século XX, uma cidade que convivia com o luxo e mantinha fortes vínculos comerciais com o exterior a partir da bacia do Prata. Navios partiam dali para a Argentina, Uruguai e países europeus carregados de carne, couro e produtos derivados das indústrias de charque, os saladeiros, implantados no entorno da cidade. Voltavam trazendo mercadorias importadas, comerciantes turcos, sírios, libaneses e outros estrangeiros, como italianos, árabes e portugueses.³⁰ Era ali que os fazendeiros abasteciam suas fazendas. Em 1914, vieram os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e a região se voltou para o leste. A mão-de-obra ociosa das charqueadas – a maior parte era paraguaia – também foi absorvida pelas fazendas. E, pelos trilhos, vieram gaúchos, paulistas, gente de todo lugar.

São tantas as misturas que, em um dado momento, fica difícil perceber de onde vêm as mesclas, as interferências ou *contribuições* de cada uma delas. De novo, segundo Gruzinski (2001, p. 85), que se interroga diante da questão: “onde começa o mundo indígena, onde termina o dos conquistadores? Os limites entre um e outro são a tal ponto imbricados que se tornam indissociáveis”. Quando se olha para a cultura do Pantanal e todas as mesclas que fazem parte dela, é praticamente impossível dissociá-las. Postas em contato, em um meio completamente diferente do que tinham em sua origem, elas perdem a referência, perdem as condições e o conteúdo por meio dos quais as relações poderiam se estabelecer. Ali, frente a frente, não estão mais uma cultura paraguaia e uma indígena, mas fragmentos de uma e de outra (GRUZINSKI, 2001, p. 87), e de muitas outras que se juntaram a eles. É isso o que interessa – as mesclas que se fazem entre elas, as interações que formam a cultura do peão pantaneiro. E todas elas foram, cada uma a seu modo, como se viu no decorrer deste trabalho, sendo colocadas lado a lado em um ambiente cheio de especificidades – o Pantanal.

Durante os últimos cem anos, o peão pantaneiro está inserido em um ambiente em que parece que pouca coisa mudou. Mas é só aparência. As fazendas – latifúndios que chegavam a ter mais de 100 mil hectares – estão sendo divididas entre herdeiros (BANDUCCI, 2000, p. 32), mas, mesmo assim, ainda são grandes propriedades: em mais da

³⁰ Entre 1874 e 1876 foram emitidos 5 mil vistos para estrangeiros em Corumbá (BARROS, 1985, p. 215).

metade da área (56%), elas têm mais de 10 mil hectares. A fórmula da pecuária extensiva – pouca mão-de-obra para grandes rebanhos – também se mantém. Somando isso aos fatores ambientais, que provocam sazonalidade e pouca fixação do homem, como já foi mostrado, o Pantanal tem uma das mais baixas densidades demográficas do País.³¹ O peão Jonas, no Pantanal da Nhecolândia, é um exemplo disso: o rebanho de que ele cuida, de 5 mil cabeças de gado, está em uma área de 10 mil hectares. Em épocas de atividade normal, ficam na fazenda, no máximo, cinco pessoas.

Até a década de 1950, a maior parte dos proprietários morava no Pantanal, e essa é uma das principais mudanças na estrutura das fazendas pantaneiras. As datas religiosas eram marcadas por grandes festas, o gado era vendido em leilões que também se transformavam em dias de festa, e a fazenda agregava em sua estrutura todos os componentes de um pequeno núcleo urbano. Os peões eram empregados fixos, só iam para a cidade em situações especiais e casos de doenças³² e praticamente não recebiam dinheiro: os patrões faziam compras na cidade para eles a partir de listas ou tinham lá uma despensa em que todos se abasteciam. O proprietário se juntava aos peões na lida e o que existia era uma camaradagem. O funcionamento da fazenda chegava a ser semelhante ao de um núcleo feudal, no qual o senhor das terras implantava também as leis, o modo de ser dos peões: “Eu sou crioulo lá da Nhecolândia.” (RONDON, 2005b)³³

Até pouco tempo atrás, quando você perguntava – fulano, de onde você é? Ele dizia – eu sou gente de fulano de tal, é como se eles fossem propriedades das fazendas, isso não existe mais, com o advento da TV, do cinto de fivelão prateado, que são coisas completamente diferentes dos padrões pantaneiros. (RONDON, 2005a).³⁴

As fazendas ainda funcionam praticamente como núcleos independentes um do outro, com sua própria infraestrutura, como verdadeiras ilhas – pouco povoadas – dentro da imensidão pantaneira. São poucas as estradas – a Estrada Parque Pantanal, com 120 km de extensão, é a maior e mais estruturada da Nhecolândia e foi aberta a partir de uma trilha feita por boiadeiros e pelo Marechal Rondon no século XIX, por onde passava a rede de telegrafia. A rede de energia elétrica é insuficiente³⁵, e muitas fazendas ainda usam o óleo diesel para gerar eletricidade. A dificuldade em implantar redes de energia são as mesmas da telefonia

³¹ A densidade demográfica é de menos de 0,9 habitante por km² (FIBGE, 2009).

³² Na pesquisa de campo (2005), foram encontradas crianças no Pantanal que nunca tinham ido à cidade.

³³ Entrevista com o peão Paulo Rondon no Porto Rolon, Pantanal do Paiaguás.

³⁴ Belkiss Rondon é proprietária de fazenda no Pantanal da Nhecolândia.

³⁵ A assessoria da Enersul, na cidade de Campo Grande, atual Redes de Energia, empresa concessionária, informa, através do assessor Henrique Xavier (2005), que na área rural de Corumbá, onde está o Pantanal da Nhecolândia (nossa área de estudo), há rede de energia elétrica. Contudo, não há dados de quantas fazendas são abastecidas por essa rede.

fixa, mas muitas fazendas – e peões – têm telefone celular. As pousadas e unidades de turismo têm sido implantadas com o mesmo padrão de funcionamento das fazendas de pecuária, mas trazem mais movimento, novos meios de comunicação, idiomas. Nelas, geralmente o peão é transformado em guia turístico. Passam a bater cartão de ponto e a usar celular, aprendem inglês e conhecem outras necessidades, outros limites³⁶:

Na verdade, eu não me importo com dinheiro, tudo que eu faço, que quero, que vira sucesso, meu negócio é nome, me perguntam se eu ganhei dinheiro andando com o pessoal da TV, eu não me importo, ganhei fama. Meu nome foi lá pro Rio de Janeiro, pra Miami, isso que importa [...]. Porque de repente você tá esquecido do nada, que nem o repórter do National Geographic, vieram recomendado que eu tinha que ser o guia de campo deles, quando veio o seu Jaime [Monjardim], não queria que eu saísse nem um minuto de perto [...]. O mundo é pequeno agora. (MARTINS, 2005).

E, assim, pelas ondas do rádio e da TV, passam a receber outras mesclas que vão sendo incorporadas na sua imagem.

Referências

- ALONSO, Leonardo. *Entrevista*. Entrevistadora: Rosiney Bigatão. Pantanal do Aquidauana – Mato Grosso do Sul, jan. 2005.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. *A natureza do pantaneiro: relações sociais, representação de mundo e o sobrenatural entre vaqueiros das fazendas de gado no “Pantanal da Nhecolândia”*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.
- BARROS, Abílio Leite de. *Gente pantaneira: crônicas de sua história*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.
- BARROS, Manoel de. *Livro de pré-coisas*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CÂMARA, Ricardo Pieretti. *Os causos: uma poética pantaneira*. 2007. Tese (Doutorado em Humanidades) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2007.
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Campo Grande: Governo de MS, 2009.

³⁶ Entrevista gravada na Fazenda Rio Negro com Hélio Martins, peão conhecido como Picolé de Onça.

D'ORBIGNY, Alcides. *Viaje a La América Meridional*. Buenos Aires, 1945.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Disponível em: <www.cpap.embrapa.br>. Acesso em: 05 jan. 2009.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. *Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira*. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). Disponível em:

<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/atlas_saneamento/pdfs/mappag101.pdf>.

Acesso em: 05 maio 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Disponível em: <www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_fundiario.htm>. Acesso em: 24 abr. 2009.

GOMES, Laurentino; VILLELA, Ricardo. Pantanal mato-grossense. a descoberta do paraíso. Meio milhão de pessoas visitarão este ano o santuário ecológico, onde já existem 500 pousadas. *Veja*, São Paulo, ano 32, n. 22, p. 86-99, 2 jun. 1999.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

LEITE, Mário Cezar Silva. *Águas encantadas de Chacororé: paisagens e mitos do Pantanal*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, PUC-SP, São Paulo, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 1952.

_____. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOTMAN, Iuri. *La semiosfera*. Madrid: Frónesis/Cátedra Universitat de València, 1996, v. 1.

MARTINS, Hélio. *Entrevista*. Entrevistadora: Rosiney Bigatão. Pantanal da Nhecolândia – Mato Grosso do Sul, mar. 2005.

NOGUEIRA, Albana Xavier. *Pantanal: homem e cultura*. Campo Grande: UFMS, 2002.

PORTAL MS. Disponível em: <www.portalms.com.br/noticias/arqueologos>. Acesso em: 02 mar. 2009.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal: gente, tradição e história*. Campo Grande: Do Autor, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RODRIGUES, J. Barbosa. *Histórias da terra mato-grossense*. São Paulo: Escritor, 1985.

RONDON, Belkiss. *Entrevista*. Entrevistadora: Rosiney Bigatão. Pantanal da Nhecolândia – Mato Grosso do Sul, maio 2005a.

RONDON, Paulo. *Entrevista*. Entrevistadora: Rosiney Bigatão. Pantanal do Paiaguás – Mato Grosso do Sul, jun. 2005b.

SILVEIRA, Mauro César. As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguay Ilustrado. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 41-66, jul./dez. 2007.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos monçoeiros ou sertanistas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 1999.

VIANA, Marcus. Sagrado coração da Terra. In: *CD Pantanal*. Rio de Janeiro: Bloch Discos, 1990.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

WEINGÄRTNER, Alisolette Antônia dos Santos. *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

XAVIER, Henrique. *Assessoria de imprensa e comunicação da ENERSUL*. Campo Grande, 2005.

* Rosiney Bigatão é mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, bolsista pela CAPES e integrante do Grupo de Pesquisa Cultura e Comunicação: Barroco e Mestiçagem (CNPq). É Jornalista Profissional e graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro de Ensino Superior Plínio Mendes dos Santos (CESUP), Campo Grande. E-mail: <rbigatao@yahoo.com.br>.

Recebido em novembro de 2009; aprovado em junho de 2010.